

## **Contributos para a elaboração da Estratégia Nacional de Educação Ambiental**

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável, perante os desafios que se colocam em termos de alteração do paradigma dominante de produção e consumo, considera da maior importância que o país reflita e estructure uma estratégia de educação para a sustentabilidade. É neste contexto que o presente parecer foi elaborado. Este encontra-se dividido em duas partes. Uma primeira onde identificamos os elementos estratégicos a considerar e uma segunda, mais ligada a questões pontuais que, ainda assim, nos parecem relevantes sublinhar.

### **Parte 1 - Avaliação estratégica da ENEA**

Para a ZERO, os desafios da atualidade implicam pensar e agir de forma integrada e interdisciplinar. Tendo este pressuposto por base, há diferentes aspetos que nos parecem faltar na presente proposta de estratégia nacional de educação ambiental, que a seguir explicitamos.

#### **1.1. Educação ambiental ou educação para a sustentabilidade?**

Desde logo, para a ZERO, é muito clara a importância de se incidir sobre a sustentabilidade e não apenas sobre a componente ambiental da sustentabilidade. Tendo em consideração que os maiores desafios que se colocam hoje são multicausais e implicarão intervenções a níveis distintos e de profunda integração temática e sectorial, pensar uma estratégia de educação ambiental é insuficiente. Do nosso ponto de vista, o que deveríamos debater e estruturar era uma estratégia de educação para a sustentabilidade, pois é a esse nível que a questão se coloca, na interação entre ambiente, sociedade e economia.

#### **1.2. Integração**

No que concerne à resposta aos desafios que se colocam, dificilmente se compreende que este documento resulte apenas de um exercício de reflexão, de escrita e de apresentação circunscrito a uma equipa interna da Agência Portuguesa do Ambiente e não resulte de um esforço de interação e recolha de contributos junto dos diferentes organismos da administração central com atribuições e responsabilidades em matérias direta ou indiretamente ligadas à sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos. Refere-se, e bem, que “a EA constitui-se como um processo determinante para a integração transversal dos objetivos ambientais nos diferentes sectores do desenvolvimento”, mas constata-se que esta afirmação não se traduz na apresentação de um documento que faça uma abordagem transversal dos problemas e das diferentes respostas e soluções, como demonstraremos mais adiante na nossa análise, com vista a “garantir os compromissos

nacionais e internacionais assumidos por Portugal no domínio do ambiente e da sustentabilidade, dos quais se destaca o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030”.

A interação com outros sectores, como por exemplo a agricultura, a saúde, o mar, a economia, a justiça ou a cultura tem de ser assegurada para que esta estratégia possa, de facto, contribuir para a transição necessária para uma sociedade que proporcione qualidade de vida em pleno respeito pelos limites do planeta. Tal como aconteceu em relação ao Plano Nacional para as Alterações Climáticas, na área da educação para a sustentabilidade necessitamos de um planeamento resultante de um esforço coletivo da administração para abordar, de forma integrada, uma questão central para o presente e para o futuro.

Ainda sobre este aspeto, é importante sublinhar que existem diferentes estratégias e planos de ação sobre temas diferentes como o ar, o mar, a eficiência energética, as energias renováveis, as alterações climáticas, a alimentação saudável, entre outros, que podem e devem ser mencionados e articulados com esta estratégia. Na sua estrutura atual, a ENEA surge quase desligada de tudo o resto, no momento em que é crucial agir de forma integrada e capacitar a sociedade a pensar e agir também desta forma.

### 1.3. Horizonte temporal

Um outro aspeto que a ZERO considera que deve ser alterado prende-se com o horizonte temporal da estratégia agora apresentada, 2017-2020. Do nosso ponto de vista, e tratando-se de uma ferramenta que procura contribuir para uma mudança civilizacional, à qual estão inerentes múltiplos obstáculos e desafios, consideramos que seria mais adequado pensá-la a um prazo mais longo, no mínimo até 2025, senão mesmo 2030. Neste contexto, tornar-se-ia possível integrar metas de médio prazo, que nos permitiriam monitorizar a sua implementação e desenvolver estratégias perante situações eventualmente menos conseguidas. Para além disso, não é possível trabalhar ao nível da educação para a sustentabilidade sem uma visão de médio/longo prazo.

Esperando-se que a ENEA possa contribuir para a concretização dos compromissos nacionais e internacionais assumidos por Portugal no domínio do ambiente e da sustentabilidade e, considerando os três grandes desígnios - descarbonizar a sociedade; tornar a economia circular; valorizar o território - identificados no documento, ainda mais difícil é compreender o horizonte temporal do documento em análise, que se revela totalmente inadequado.

### 1.4. Transversalidade

A análise das áreas temáticas consideradas relevantes permitem antever uma visão parcial, muito centrada na abordagem tradicional das questões ambientais. O facto de não haver

referência ao sector da agricultura, ao mar, às substâncias químicas, ou mesmo aos direitos humanos, leva-nos a concluir que falta abrangência e visão de conjunto ao presente documento. Como detalharemos mais adiante, temas como o da alimentação saudável e sustentável deveriam ser um eixo de ação estruturante, uma vez que tem impactes globais e transversais, ao contrário do que acontece, uma vez que nem sequer é mencionado. Pela sua insustentabilidade económica (preço final não inclui todos os custos), ambiental (poluição, depauperação dos solos, desperdício) e social (problemas de saúde associados ao excesso de consumo de determinados alimentos; perigos dos fitofármacos utilizados, condições de trabalho), o atual modelo de produção e distribuição de alimentos tem necessariamente que constar de qualquer estratégia de educação para a sustentabilidade, apostando na demonstração e concretização de alternativas (produção local, compromissos de partilha de benefícios e riscos entre produtores e consumidores, modo de produção biológico; agroecologia).

O mesmo acontece com temas como as substâncias químicas, a poluição dos oceanos pelos plásticos, o mar, os atropelos aos direitos humanos que estão subjacentes ao nosso modelo de produção e consumo, a noção da pegada ecológica, incidindo sobre o que vemos e o que não vemos (do ponto de vista económico, ambiental e social) quando adquirirmos um produto ou o deitamos fora.

Em suma, é imperativo que a estratégia de educação para a sustentabilidade abarque temas que vão para além das abordagens tradicionais e estabeleça um enfoque claro na necessidade de identificar e conhecer o ciclo de vida dos produtos e das nossas práticas quotidianas.

### 1.5. Capacidade disruptiva e de catalisar a transição

Em diferentes momentos da ENEA é referida a necessidade de uma alteração de paradigma. Ora, para que tal objetivo seja atingido é necessário que a estratégia a implementar permita catalisar e dinamizar os diferentes atores no sentido da disrupção e da inovação, quer na forma como se olha para os problemas e questões colocados, quer nas soluções que são encontradas. O desígnio de fomentar junto dos cidadãos, empresas e entidades a noção de que, para que a qualidade de vida melhore e possamos atingir melhores níveis de felicidade e realização pessoal, será necessário alterar o nosso estilo de vida, não é simples e não se coaduna com abordagens tradicionais. Será necessário demonstrar, apoiar e integrar estes objetivos em diferentes políticas sectoriais, algo que só será possível se cada um desses sectores for chamado a colaborar na estruturação e implementação da estratégia nacional de educação para a sustentabilidade. O cidadão pode e deve ter um papel central, mas este terá sempre que ser fortemente estimulado pelas políticas públicas.

## Parte 2. Comentários e contributos sobre o texto

Nesta segunda parte do parecer, apresentamos sugestões tendencialmente de caráter mais pontual, sobre cada um dos capítulos da ENEA.

### **Ponto 2 - Estado da Arte**

Na página 6, e no que respeita aos princípios diretivos dos programas de Educação Ambiental, unanimemente aprovados pela Carta de Belgrado, é redigido o quarto princípio da seguinte forma: “A EA deve sublinhar a importância de uma participação ativa na prevenção e na solução dos problemas postos pelo Ambiente”. Não podemos concordar com a redação “problemas postos pelo Ambiente”, pelo que nos parece que seria de substituir a redação por “problemas ambientais”.

Na mesma página, um outro princípio tem a seguinte redação: “A EA deve insistir na necessidade de uma cooperação local, nacional e internacional para ir ao encontro dos problemas do Ambiente.” Verificando o original em inglês, na nossa opinião seria mais correto que onde está “problemas do Ambiente” passasse a estar “problemas ambientais”.

### **Ponto 3 - Compromisso**

Neste ponto retomamos uma das nossas notas iniciais, dado que, do nosso ponto de vista, o compromisso deveria incidir sobre a sustentabilidade e não apenas sobre a sustentabilidade ambiental. É, do nosso ponto de vista, insuficiente comunicar apenas sobre ambiente. Por exemplo, a poluição do ar não é apenas uma questão ambiental. Há atividades económicas e práticas quotidianas que para ela contribuem e que terão de ser alteradas para que seja possível resolver o problema em causa. Há consequências em termos de saúde pública, de ausências ao trabalho, de custos com doenças. O pilar ambiental está intrinsecamente ligado aos pilares económico e social, sendo por isso insuficiente se centrarmos a nossa atenção apenas nessa dimensão. A inovação de qualquer estratégia educativa na área da sustentabilidade passa por conseguir expressar as interligações, para que se possa construir formas de olhar a realidade que integrem esta complexidade como um dado adquirido. Neste contexto, sugerimos que, onde se refere “(...) traduzido em modelos de conduta ambientalmente sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana.” Se escreva antes “(...) traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana”

### **Ponto 4 - Princípios**

Em sintonia com o referido anteriormente, sugerimos que a linguagem seja adequada de

forma a falar em sustentabilidade e não apenas em ambiente.

## Ponto 5 - Eixos temáticos

Na nota de abertura do ponto 5 é referido: “pretende-se que as ações a definir na ENEA 2020 contribuam para uma cidadania ativa no domínio do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e de baixo carbono, racional e eficiente na utilização dos seus recursos, que conjugue a equidade entre gerações, a qualidade de vida dos cidadãos e o crescimento económico.” Sem que esteja em causa o sentido geral da frase, que nos parece correto, propomos que se substitua o termo “crescimento económico” por “desenvolvimento económico”, pois são conceitos diferentes. Enquanto o “crescimento económico” está mais ligado à evolução do Produto Interno Bruto e ao consumo de recursos naturais, nem sempre sustentáveis, o “desenvolvimento económico” está mais ligado ao bem-estar da população e das gerações vindouras, assumindo que a economia deve estar ao serviço da qualidade de vida e em pleno respeito pelos limites do planeta. Para mais, são conhecidas as perspetivas que defendem o decrescimento, o crescimento zero ou conceitos como o de suficiência. Insistir na ideia de crescimento económico representa uma falácia e um entrave à transição que será necessária para que consigamos viver bem dentro dos generosos limites do planeta Terra.

### Eixo 5.1. *Descarbonizar a sociedade*

#### 5.1.2. Eficiência energética

Neste ponto o título não espelha o conteúdo do eixo, dado que deixa de lado a componente de produção de energia a partir de fontes renováveis, tema que é abordado no texto. O enfoque dado à eficiência energética parece-nos importante e de manter. Contudo, somos da opinião que a concepção deste ponto deveria dar maior destaque ao papel que os cidadãos podem desempenhar na área da produção de energia a partir de fontes renováveis ou na utilização destas fontes para, por exemplo, garantir o aquecimento das águas sanitárias. O investimento em energias renováveis não depende apenas das empresas, e é fundamental frisar o papel dos cidadãos no esforço coletivo de transformação de uma economia baseada nos combustíveis fósseis para uma economia assente no consumo de energia com origem em fontes renováveis. Esta será, certa e inequivocamente, uma área em que os cidadãos, de forma individual ou coletivamente, serão chamados a investir e a colaborar, em particular no que respeita à produção descentralizada (micro e mini-produção hídrica, fotovoltaica e eólica), bem como ao autoconsumo (fotovoltaico, eólico, hídrico e biomassa). Por outro lado, como há um compromisso nacional que visa tornar Portugal neutro em emissões de gases com efeito de estufa até 2050, é decisivo que os cidadãos estejam conscientes dos desafios e apoiem as políticas públicas, em matéria de resposta às alterações climáticas. Dito isto, parece-nos que, não só esta abordagem deveria ser incluída no documento, mas também que se deveria alterar o título para “Promoção da

eficiência energética e das energias renováveis”.

### *Eixo 5.2. Tornar a economia circular*

Neste ponto, temos a referir o seguinte:

- Nada é abordado em relação à promoção de uma alimentação saudável e sustentável, omissão que nos parece grave. Os impactes ambientais da alimentação humana constituem já hoje uma matéria à qual deve ser dada a relevância necessária, pois regista-se entre nós um incumprimento generalizado da roda dos alimentos, o que é não só revelador de hábitos alimentares desadequados e pouco saudáveis, mas também indutor de impactes económicos e ambientais significativos. Acresce que a redução das disponibilidades de água, o aumento das temperaturas, a perda de solo motivada pela desertificação e pela urbanização, bem como as limitações da inovação tecnológica e a ineficiência no uso dos fatores de produção (fertilizantes, pesticidas, água e energia) para melhorar a intensidade agrícola, irão acelerar ainda mais a conversão de habitats naturais e seminaturais e aumentar os níveis de poluição para dar resposta à procura incessante de alimentos, pastagens, produtos lenhosos e outros biomateriais. Uma ENEA que deixe de fora um compromisso relativo ao desenvolvimento de uma vertente de promoção da alimentação saudável e sustentável fica amputada de uma área de intervenção decisiva para a promoção de comportamentos e estilos de vida mais consentâneos com a disponibilidade de recursos e os limites do planeta.
- Uma outra lacuna detetada prende-se com a ausência de qualquer referência à adoção de uma gestão agrícola e florestal mais orientada para a conservação do recurso solo, em particular no que respeita ao uso dos nutrientes e da manutenção de níveis adequados de matéria orgânica, por forma a melhorar a fertilidade dos solos e a garantir condições adequadas para que o solo desempenhe um papel decisivo no sequestro de grande parte das 116 Gton que foram adicionadas ao limite de segurança climática que se convencionou ser de 350 ppm de CO<sub>2</sub>.
- Em interligação com a nota anterior, regista-se a omissão da necessidade de criação e consolidação de cadeias curtas agroalimentares - modo de comercialização dos produtos agroalimentares que se efetua por venda direta do produtor ao consumidor ou por venda indireta através de um único intermediário - mais sustentáveis (do ponto de vista ambiental, social e económico), que se podem basear em modelos em que os riscos, responsabilidades e recompensas inerentes à atividade agrícola são partilhados entre produtores e consumidores, através do estabelecimento de compromissos de longo prazo. Em ambos os contextos, parece-nos que não foi tida em conta a opinião e os contributos dos organismos tutelados pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, nem foi auscultada a Rede Rural Nacional.
- Também somos da opinião que seria necessário efetuar uma transferência do ponto

“5.3.3 Água”, o qual transitaria do eixo 5.3 para o eixo 5.2. A nosso ver, e apesar de a água ser inquestionavelmente uma componente de valorização do território, as principais ameaças devem-se à sua utilização de modo insustentável pelas várias atividades humanas. A água, sendo um recurso limitado, embora renovável, deve ser gerida de forma sustentável, essencialmente no que concerne aos diferentes usos e tendo em conta as implicações que essa gestão tem nos ecossistemas ribeirinhos e nas atividades humanas que lhes estão diretamente associadas. Como tal, a “Água” deve ser enquadrada no eixo de promoção da economia circular, dando especial enfoque à melhoria da eficiência do uso da água, em particular na agricultura, e a uma maior sustentabilidade no ciclo urbano da água, nomeadamente à instituição da reprovação social das atitudes permissivas de desperdício, ao incremento do consumo de água da torneira em detrimento do consumo de água engarrafada e ao fomento da reutilização das águas pluviais e das águas residuais tratadas para determinados usos.

- No que ao ponto 5.2.3. Valorização de resíduos diz respeito, encontramos algumas objeções em relação a alguns dos conteúdos apresentados:
  - Transmite-se a ideia de que a transição para a economia circular tem sido trabalhada “com sucesso” em Portugal, mas os indicadores desmentem esta afirmação. Com 28% de taxa de reciclagem - um valor ainda longe da meta de 50% estipulada para 2020, a que se junta uma prevenção e uma reutilização praticamente inexistentes - muito dificilmente se pode classificar a situação atual como positiva ou animadora.
  - Nada é referido em relação à existência de elevadas taxas de eliminação de resíduos (deposição em aterro e incineração/valorização energética), um tema para o qual os cidadãos ainda se encontram insuficiente informados ou conscientes da ineficiência que subsiste na gestão de resíduos sólidos urbanos que é suportada direta ou indiretamente pelos cidadãos.
  - Mais adiante refere-se que “igualmente importante é o papel dos cidadãos, cada vez menos como produtores passivos e mais como consumidores responsáveis, com influência clara no domínio da prevenção e como agentes decisivos da gestão de resíduos, designadamente por via da adesão aos esquemas de recolha seletiva em escala.” Se estamos de acordo quanto à importância da prevenção, já no que se refere à “adesão aos esquemas de recolha seletiva em escala” existe aqui uma divergência de fundo para onde devem ser direcionadas as políticas públicas. Antes de mais, parece-nos importante enfatizar que as taxas de reciclagem são demonstrativas das limitações de um modelo que, no essencial, assenta na disponibilização de ecopontos e que dificilmente dará resposta a metas mais exigentes, inclusive às que estão previstas no PERSU 2020. Depois, não nos parece correto criar um processo de estigmatização dos cidadãos atribuindo-lhes a responsabilidade pelo fracasso do modelo de recolha seletiva em vigor na

quase totalidade dos sistemas. Por fim, e sendo evidente a necessidade de transitarmos progressivamente para modelos assentes na recolha seletiva porta-a-porta e na disponibilização de soluções para um conjunto alargado de resíduos, incluindo os bioresíduos, e da promoção generalizada da compostagem doméstica, só restará a hipótese de remover a última parte da frase: “designadamente por via da adesão aos esquemas de recolha seletiva em escala”.

### Eixo 5.3. Valorizar o Território

Relativamente a este eixo, mencionamos o seguinte:

- No ponto 5.3.2. Litoral, não se percebe como é que a abordagem se centra quase exclusivamente numa questão de ordenamento, sem que seja feito um breve apontamento sobre a importância de promover a alteração das percepções e comportamentos dos cidadãos relativamente ao aproveitamento que hoje é feito de um território, alteração essa que é essencial para assegurar futuramente o apoio da população para a aplicação de eventuais medidas de emergência que respondam aos riscos iminentes dos efeitos das alterações climáticas nas áreas costeiras.
- Outro aspeto muito relevante, prende-se com a inexplicável inexistência de um ponto sobre o Mar, atendendo a que existe uma política pública consolidada, designadamente a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, onde se inclui uma ação de “promoção da literacia nacional do mar através da ação em contexto escolar e em contexto não formal, promovendo, para a primeira, a inclusão nos conteúdos educativos de todas as fases de ensino, das matérias e factos marítimos adequados, e, para a segunda, a disponibilização de materiais e a realização de programas de sensibilização”. Por outro lado, somos confrontados com a pressão, a sobre-exploração e a destruição dos ecossistemas litorais e marinhos, com a acumulação de resíduos nos oceanos, como é o caso plásticos. Face ao exposto, exige-se a explicitação de ações específicas de EA que possam contemplar estes problemas.

## 2. Notas finais

Como primeira nota final, é relevante sublinhar a necessidade desta estratégia integrar outras áreas temáticas que pouco ou nada são referidas no seu texto atual.

Como já foi referido anteriormente, a ausência da referência à área da agricultura, do mar, dos produtos tóxicos (com os seus múltiplos impactos na saúde e no ambiente) denota que falta ainda integração temática nesta estratégia.

É fundamental integrar os problemas e as causas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde humana, nomeadamente ao nível das substâncias químicas (por exemplo, os desreguladores endócrinos, mas também as substâncias perigosas que marcam presença em inúmeros produtos quotidianos como os cosméticos, os têxteis, os detergentes para citar apenas alguns exemplos), da aplicação de fitofármacos e aos modelos agrícolas que lhe estão subjacentes e que são insustentáveis, a poluição marinha associada aos microplásticos, a deposição generalizada de medicamentos nos sistemas de drenagem de águas residuais, a nanotecnologia, os organismos geneticamente modificados, etc. O trabalho deve ser feito na demonstração das soluções que já existem e na construção de uma consciência coletiva sobre as mudanças necessárias.

Ainda de sublinhar a inexistência de alusões à associação entre as práticas atuais de produção e consumo e os direitos humanos, nomeadamente, abordando questões associadas à globalização, no sentido de educar para questões como:

- Deslocalização da produção de bens para países onde a legislação ambiental é inexistente ou mais permissiva, o que leva a uma deslocalização dos impactes ambientais dessa produção e impactes mais graves derivados da falta de legislação (exemplo: poluição da água e ar derivados da indústria têxtil na Ásia).
- Deslocalização da produção de bens e/ou extração de recursos para países onde a legislação laboral é inexistente ou mais permissiva, e conseqüente violação de direitos humanos (exemplo: guerra civil na R.D. Congo e extração de metais raros para a produção de telemóveis; escravatura moderna; trabalho infantil), perpetuando o ciclo de pobreza nesses países.
- Consumo excessivo e procura crescente por produtos baratos, o que exacerba as questões anteriores por criar uma maior procura em bens produzidos de forma social e ambientalmente insustentável, sem que os devidos custos sociais e ambientais sejam internalizados no preço.

Os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável clamam por uma maior interligação e integração de ações. Desenvolver capacidades de analisar o mundo de forma integrada, quer de uma forma mais global, quer do nosso quotidiano, deve ser um objetivo estratégico em termos educacionais, que nos parece não estar ainda convenientemente expresso nesta proposta de estratégia nacional para a educação ambiental.

Um outro aspeto ao qual é dada escassa atenção tem a ver com a promoção do voluntariado ambiental, uma área em que o exercício da cidadania ainda está muito aquém do que acontece em muitos países europeus. Existem muitas tarefas/ações importantes que podem e devem ser complementadas com trabalho voluntário, designadamente ações de conservação de habitats e espécies, incluindo a remoção de espécies exóticas invasoras, de proteção do litoral, de recuperação da floresta autóctone, de reabilitação de cursos de água com recurso a técnicas de engenharia natural, na prevenção da erosão do solo pós-incêndio, na sensibilização e educação de outros, etc..

Por fim, numa altura em que a economia se encontra com dificuldades para gerar emprego, em especial junto das camadas mais jovens, a promoção do cooperativismo de base local poderá ser mais uma solução para suprir as deficiências de um modelo económico assente apenas numa lógica empresarial. Somos da opinião que a dinamização do empreendedorismo de base cooperativa pode atrair financiamento coletivo para algumas áreas ligadas ao ambiente (e.g. produção agrícola e florestal, energia, resíduos, etc.). Aproveitamos para sugerir, mais uma vez, que deverá ser encetado diálogo entre a APA e a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

*7 de Fevereiro de 2017*

*A Direção da ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável*